

Brasília, 26 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Patentes

Acordo entre Mercosul e União Europeia contém regras sobre minerais, patentes e... 3

Band.com.br

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patente do Ozempic: Justiça nega prorrogação e abre espaço para genéricos 5

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Café da Chapada de Minas é reconhecido com Indicação Geográfica 6

Estado de Minas - Online

Quinta-feira, 26 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Canetas emagrecedoras na mira do Congresso 7

Migalhas

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.295 9

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Registro de marca serve para o negócio ou só à empresa que registrou? 17

MSN Notícias

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Texto de aliança entre blocos econômicos europeu e sul-americano segue para an... 20

Consultor Jurídico

Quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

A (i)legalidade da quebra de patente das canetas emagrecedoras 21

Acordo entre Mercosul e União Europeia contém regras sobre minerais, patentes e carros



Entre outros pontos, o texto prevê reconhecimento mútuo e proteção direta de produtos das chamadas indicações geográficas

Entre outros pontos, o texto prevê reconhecimento mútuo e proteção direta de produtos das chamadas indicações geográficas

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o acordo comercial provisório entre Mercosul e União Europeia (ITA, na sigla em inglês) mantém o direito de o Brasil aplicar imposto de exportação de minerais se a alíquota for menor para esse bloco parceiro.

Assim, por exemplo, caso o imposto de exportação seja aplicado sobre minerais raros (nióbio, lítio, cobalto, etc.), principal interesse europeu no setor, a alíquota para a União Europeia deverá ser metade, no mínimo, da imposta à exportação para outros países. Em todo caso, o imposto para a Europa não poderá ser maior que 25%.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A condição é mais vantajosa que a negociada em 2019, que proibia o Brasil de impor qualquer imposto de exportação a esses produtos no comércio entre os blocos.

Sobre o processo produtivo, o acordo incorpora a adoção de normas europeias de sustentabilidade e rastreamento da cadeia de suprimentos consolidadas no ato sobre matérias-primas críticas (CRMA, na sigla em inglês).

Setor automotivo

No setor automotivo, a negociação final conseguiu ampliar o período de transição para o fim completo de tarifas no comércio bilateral entre os blocos.

Veículos a combustão deverão ter tarifas eliminadas em 15 anos; veículos eletrificados, em 18 anos; veículos a hidrogênio, em um período de 25 anos, com 6 anos de carência.

Para veículos movidos a novas tecnologias, a tarifa zero ocorrerá em 30 anos, com 6 anos de carência.

No aspecto regulatório, o Mercosul reconhece como referência normativa o acordo de 1958 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Unece.

Dessa forma, mesmo não sendo parte desse acordo, o Brasil se compromete a aceitar relatórios de ensaio emitidos na União Europeia em conformidade com esses regulamentos (como referentes a cintos de segurança, vidros, freios, emissões, entre outros).

Salvaguarda especial

Especificamente para o setor automotivo, salvaguardas especiais foram obtidas com mais fácil acionamento em relação às dos demais produtos.

Assim, se houver um aumento de importações de carros europeus que cause dano à indústria, o Brasil pode suspender o cronograma de redução de tarifas de todo o setor ou retomar a alíquota aplicável anteriormente (hoje, de 35%) por um período de 3 anos, renovável por mais 2 anos, sem necessidade de oferecer compensação à União Europeia.

No entanto, isso dependerá de parâmetros a serem apresentados à outra parte, como o nível de emprego, volumes de venda e produção, capacidade instalada e grau de ocupação da capacidade do setor automotivo.

Proteção de patentes

No âmbito do sistema de proteção de patentes e marcas como um todo, o acordo prevê o sistema de reconhecimento mútuo e proteção direta de Indicações Geográficas (IGs) a fim de conferir proteção extraterritorial a produtos genuinamente nacionais no mercado comunitário europeu.

Para mitigar o impacto na indústria nacional, instituiu-se o regime de salvaguarda dos usuários prévios, garantindo que produtores que já utilizavam de boa-fé termos como "parmesão" ou "gorgonzola" possam continuar a fazê-lo.

De outro lado, 37 indicações geográficas brasileiras passarão a ser reconhecidas e protegidas no território da União Europeia como, por exemplo:

cachaça (bebidas alcoólicas);

Canastra (queijos);

Pantanal (mel);

região do Cerrado Mineiro (café, erva mate e suas preparações);

Linhares (cacau e preparações de cacau);

Farroupilha (vinhos).

Medicamentos

No caso de medicamentos, as **patentes** seguirão acordos já assumidos pelas partes, como o acordo TRIPS sobre **propriedade intelectual**, no qual já

está prevista exceção para políticas de saúde pública (licença compulsória) de acesso a medicamentos.

A flexibilidade da lei brasileira de **propriedade industrial** também é preservada para políticas de medicamentos genéricos.

O acordo entre Mercosul e União Europeia tramita na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 41/26 e seguirá para votação no Senado.

Conheça a tramitação de projetos de decreto legislativo

Reportagem - Eduardo Piovesan

Edição - Pierre Triboli

Patente do Ozempic: Justiça nega prorrogação e abre espaço para genéricos



A exclusividade da farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk sobre a semaglutida - princípio ativo dos medicamentos Ozempic e Wegovy - pode chegar ao fim em março de 2026. A substância laboratorial, que simula o hormônio da saciedade para tratar diabetes e obesidade, está no centro de uma batalha jurídica e legislativa que definirá a velocidade da chegada de versões genéricas e mais baratas ao mercado brasileiro.

STJ nega extensão de prazo solicitada por laboratório

A Novo Nordisk registrou a solicitação do produto no Brasil em 2006. Pela Lei de **Propriedade Industrial**, o direito de exclusividade é garantido por 20 anos a partir da data do depósito do pedido. Sob esse entendimento, o Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual** (INPI) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) defendem que a **patente** expire agora em março.

O laboratório dinamarquês contestou o encerramento do prazo na Justiça, argumentando que o registro definitivo só foi concedido 13 anos após o pedido

inicial. A empresa alega que a demora administrativa não deveria prejudicar seu tempo de exploração exclusiva. No entanto, o STJ negou o pedido, mantendo a interpretação de que a proteção é contada desde a data da solicitação.

Para Luiz Fernando Plastino, especialista em Direito Civil e **Propriedade Intelectual**, a legislação é clara ao estabelecer o limite de 20 anos. Ele ressalta que, após esse período, a empresa pode continuar comercializando o produto, perdendo apenas a exclusividade sobre a fórmula.

Impacto social e movimentação no Congresso

A quebra da patente é vista como uma oportunidade para ampliar o acesso da população ao tratamento. Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil, destaca que o fim da validade beneficia a sociedade ao permitir preços menores e a possível inclusão do medicamento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Contudo, o cenário ainda pode sofrer alterações por meio do Legislativo. Um projeto de lei em tramitação no Congresso propõe mudar a regra atual, prevendo a prorrogação automática da patente por mais cinco anos em casos de atraso comprovado no registro que não seja de responsabilidade da empresa interessada.

O deputado Doutor Zacharias Calil defende a mudança, argumentando que o sistema atual fragiliza o investidor que gasta bilhões em pesquisa e taxas. Para o parlamentar, é necessário um prazo maior para que as empresas possam usufruir dos lucros gerados por suas **inovações tecnológicas**.

Café da Chapada de Minas é reconhecido com Indicação Geográfica



O café da Chapada de Minas conquistou o reconhecimento como **Indicação Geográfica** (IG), na modalidade Indicação de Procedência. O território, que contou com o apoio do Sebrae para obter a certificação, teve o registro concedido pelo **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)** e passou a integrar o seletivo grupo de 22 **Indicações Geográficas** brasileiras do café.

A área geográfica delimitada da IG Chapada de Minas abrange 22 municípios do nordeste de Minas Gerais, entre eles Água Boa, Angelândia, Capelinha, Carbonita, Diamantina, Minas Novas, Novo Cruzeiro e Turmalina. O registro, obtido pelo Instituto do Café da Chapada de Minas (ICCM), reforça a identidade territorial e reconhece características específicas do café produzido na região, associadas a fatores naturais e humanos que conferem reputação e valor ao produto.

De acordo com Carmen Lydia Meirelles, presidente do ICCM, a conquista da certificação consolida um longo trabalho construído em parceria com o Sebrae. "Há três ou quatro anos já levávamos amostras de produtores para a Semana Internacional do Café para mostrar onde a Chapada estava inserida", conta. Para ela, o reconhecimento abre um novo momento para a região. "É um mundo novo que se abre, com um olhar diferente do mercado para a qualidade", diz.

Origem, qualidade e território

O Sebrae é um parceiro antigo dos cafeicultores e atua em mais de 40 territórios produtores de café, com atendimento direto a 5,8 mil cafeicultores em todo o país. Na avaliação da coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional, Hulda Giesbrecht, o café com origem controlada se tornou um motor de transformação social, econômica e ambiental. "Por isso, o apoio à gestão das IGs e à adoção de práticas sustentáveis para atender às exigências socioambientais é fundamental para o fortalecimento do setor e dos empreendedores", destaca.

Com o café da Chapada de Minas, o número de IGs nacionais sobe para 156, sendo 124 do tipo Indicações de Procedência (IP) e 32 Denominações de Origem (DO). O Brasil conta com cerca de 300 mil propriedades rurais cafezeiras, das quais aproximadamente 70% pertencem à agricultura familiar, o que reforça a importância de políticas e ações voltadas ao fortalecimento da gestão e da competitividade desses empreendimentos.

Canetas emagrecedoras na mira do Congresso



Discussões sobre patentes jogam luz sobre princípios constitucionais

Sabe-se que nossa Constituição é repleta de princípios, alguns fundamentais, que, por vezes, parecem contraditórios no momento de se aplicar determinada lei ou de se resolver uma demanda judicial.

É o que ocorre, por exemplo, no campo da **propriedade industrial**, onde encontramos as normas que regulam a concessão de patentes.

De acordo com artigo 5º, XXIX da CF, a lei deve assegurar aos autores de inventos industriais o privilégio temporário para sua exploração. Segundo a norma, os fundamentos para esse privilégio são o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Há, portanto, uma restrição à livre concorrência, pois se garante a exclusividade de exploração econômica de um produto ou serviço, desde que seu exercício atenda à função social.

Recentes discussões sobre patentes relativas às chamadas canetas emagrecedoras vêm jogando luz sobre a necessidade de ponderação desses princípios. O tema chegou ao Congresso Nacional.

A tentativa frustrada junto ao STJ de prorrogação da patente da Ozempic pela Novo Nordisk despertou o debate sobre a necessidade de mecanismos legais para lidar com a demora administrativa do

INPI para a concessão de patentes no país, conhecida como backlog.

Após a decisão, as empresas farmacêuticas passaram a defender com mais afinco a necessidade de revisão da Lei de **Propriedade Industrial** (9279/96), para inserir nela uma regra que compense o atraso na concessão da patente em razão da demora dos processos no **INPI**.



Luiz Felipe Ribeiro Rodrigues Luiz Felipe Ribeiro Rodrigues

Esse é o objeto do Projeto de Lei 5810/25 apresentado pelo deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM). De acordo com o parlamentar, "a ausência de instrumento legal para compensar atrasos injustificados do **INPI** compromete a segurança jurídica, a previsibilidade e o ambiente de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D;), reduzindo de forma abrupta o período efetivo de exclusividade abaixo do padrão de 20 anos internacionalmente adotado".

Ele propõe como solução a possibilidade de instauração pelo requerente de um processo administrativo junto ao próprio **INPI** pleiteando um ajuste no prazo de vigência da patente.

Do lado oposto, temos a defesa de uma relativização dessa proteção patentária para dois produtos específicos: os medicamentos conhecidos pelas marcas Mounjaro e Zepbound. O Projeto de Lei nº

68/2026, de autoria do deputado Mário Heringer, tem por objeto o licenciamento compulsório das respectivas patentes.

Os dois medicamentos são indicados para controle do diabetes e para o tratamento da obesidade. Em sua justificativa, o parlamentar destacou que a obesidade é um problema grave de saúde pública no país e que o preço comercial desses medicamentos é impeditivo para aquisição pela população e pelo Estado para ser fornecido pelo SUS.

Não é difícil perceber que os verdadeiros incentivos para a indústria farmacêutica vêm das demandas de mercado e nem sempre abrangem todas as necessidades de saúde da população. E, ao que parece, as duas propostas legislativas seguem esse mesmo caminho.

A solução do PL 581/25 para minimizar os efeitos do backlog das patentes não parece ser a melhor solução, já que a demora na concessão das patentes advém, exatamente, da duração prolongada do processo principal. A instauração de outro processo administrativo protelaria ainda mais a conclusão de um pedido de patente.

O que se deve buscar é uma melhor efetividade na prestação de serviços de nosso escritório de patentes, o **INPI**, garantindo-lhe maior autonomia orçamentária, melhor gestão e aumento do número de servidores.

Já a proposta contida no PL 68/2026 parece em um primeiro momento salutar e benéfica para a população em geral. Acontece que um sistema seguro de proteção à **propriedade industrial** serve de incentivo para investimentos em pesquisa de medicamentos e de outras criações que facilitarão a vida em sociedade. Dificilmente a inovação tecnológica seria economicamente sustentável sem a exclusividade garantida pelas patentes.



google news

Com isso, a utilização do licenciamento compulsório (chamado equivocadamente de quebra de patentes) não deve ser banalizada. Registre-se que, desde que nossa lei entrou em vigor em 1996, esse mecanismo só foi utilizado em 2007 para o acesso do SUS ao medicamento Efavirenz, no âmbito do programa de combate à Aids.

De acordo com o art. 71 da Lei 9279/96, a licença compulsória só poderá ser concedida em casos de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública.

Tais requisitos deixam claro que a interferência nos direitos do titular de uma patente deve ser excepcional e não para atender demandas esporádicas do mercado.

É inegável que a obesidade é um problema de saúde pública que merece atenção do Estado e dos legisladores.

Por outro lado, há uma série de outras comorbidades que são tratadas com medicamentos de alto custo, cujo acesso só acaba ocorrendo por meio da judicialização.

Assim como no caso do backlog, a questão da obesidade pode ser enfrentada no âmbito executivo, nesse caso, por meio da adoção de políticas públicas voltadas para a alimentação da população.

O autor desta coluna é advogado, especialista e mestre em Direito Empresarial, sócio do escritório Ribeiro Rodrigues Advocacia. Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para lfelipeadvrr@gmail.com.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do(a) autor(a) e não refletem, necessariamente, o posicionamento e a visão do sobre o tema.

MIGALHAS nº 6.295



Quarta-Feira, 25 de fevereiro de 2026 - Migalhas nº 6.295.

Fechamento às 07h47.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

IBDEPS - Instituto Brasileiro de Direito Econômico e Políticas Sociais

()

"O artista quando cria não é nem bom nem mau. Encarna a natureza visível e invisível em seu processo criador."



Paulo Bomfim

Riso sob julgamento: absolvição em cena

Entre a plateia e o plenário, o TRF-3 concluiu que não ficou comprovado o dolo específico necessário para sustentar as acusações de discriminação relacionadas ao show de stand-up de Leo Lins. Absolvido, o humorista transformou o desfecho em espetáculo: em frente ao tribunal, promoveu um "chá revelação" para anunciar, ao vivo, o resultado do julgamento. Assista. ()

Contextualizando

Leo Lins havia sido condenado a 8 anos, 3 meses e 9 dias de prisão por incitar preconceito durante apresentação de stand-up. Para magistrada, ficou caracterizado o dolo na prática das falas discrimina-

tórias, ressaltando que a liberdade de expressão encontra limites na proteção à dignidade humana. ()

Promessa não cumprida

Pablo Marçal não terá de pagar mais de R\$ 5 milhões a advogado que alegou ter cumprido desafio público lançado pelo empresário. A 3ª câmara de Direito Privado do TJ/SP não conheceu do recurso e manteve afastada a cobrança da suposta recompensa. ()



Queiroz e Lautenschläger Advogados Queiroz e Lautenschläger Advogados

Cada mergulho é um flash

Uma foto de um coroinha ao lado do ministro Alexandre de Moraes acabou roubando a cena nas redes sociais. Pedrinho, de 13 anos, esteve no casamento do prefeito do Recife, João Campos, com a deputada Tabata Amaral, registrou fotos e vídeos da festa e os publicou no Instagram. ()

Quem mandou matar Marielle?

1ª turma do STF começou a julgar os acusados de mandar matar Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes. O julgamento segue, hoje, com o voto dos ministros. Confira como foi o primeiro dia. ()

Penduricalhos

STF e Congresso articulam regra de transição para adequar verbas indenizatórias ao teto constitucional, enquanto se discute lei definitiva sobre os chamados "penduricalhos". ()

Alienação fiduciária



Ráo & Lago Advogados Ráo & Lago Advogados

Ministro Fux pediu vista e suspendeu, na 2ª turma do STF, julgamento que discute a possibilidade de

formalização de contratos de alienação fiduciária por instrumento particular com força de escritura pública fora do SFI. Até a suspensão, o relator, ministro Gilmar Mendes, e o ministro Toffoli votaram por manter a possibilidade. ()

Atuação válida

STF, no plenário virtual, formou maioria para validar norma que autoriza o corregedor-geral da Justiça do Trabalho a suspender, em situações excepcionais, atos judiciais em correições parciais. ()

Falecimento

Faleceu hoje, aos 78 anos, o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Felix Fischer. Formado em Economia pela UFRJ e em Direito pela UERJ, construiu trajetória sólida no MP/PR, onde exerceu, entre outras funções, o cargo de procurador de Justiça. Indicado ao STJ em 1996, integrou a Corte por mais de 25 anos, até sua aposentadoria, em 2022. Sua atuação ficou marcada por rigor técnico, fundamentação consistente e firme compromisso com a legalidade - atributos que o tornaram referência no Tribunal e voz respeitada na formação da jurisprudência criminal brasileira. ()

Cobertura migalheira em Salamanca

A imersão na Universidade de Salamanca segue intensa durante o II Congresso Ibero-Brasileiro de Governança Global: Jurisdição e Segurança Jurídica. Migalhas acompanha ao vivo os debates.



Queiroz e Lautenschläger Advogados Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados

Ontem, ministro Benedito Gonçalves defendeu equilíbrio entre arrecadação e direitos fundamentais na regulamentação da reforma tributária. Fredie Didier Jr. sustentou que o combate à litigância abusiva passa pelo fortalecimento da segurança jurídica e da função homologatória do Judiciário, com prioridade à autocomposição. Já a juíza Daniela Madeira destacou a importância de ampliar mecanismos de conciliação e soluções extrajudiciais para conter abusos e assegurar acesso adequado

à Justiça. No campo penal, ministro Joel Ilan Paciornik explicou que, em ações por lavagem de dinheiro, a denúncia exige indícios mínimos tanto do crime antecedente quanto do próprio delito, evitando acusações genéricas.

Direitos individuais homogêneos

3ª turma do TST manteve isenção de custas e honorários a sindicato em ação coletiva contra banco. ()

Horas extras a advogado

TRT-3 condenou controladoria jurídica a pagar horas extras a advogado com jornada de oito horas diárias, mas sem previsão de dedicação exclusiva em cláusula contratual. ()

Sem estabilidade

TRT-15 negou estabilidade a doméstica grávida dispensada após morte da empregadora, ao entender que o falecimento do empregador pessoa física implica extinção involuntária do contrato. ()



Ramos Advogados Ramos Advogados

Se ela dança, eu danço

Juiz reverteu justa causa de gerente demitida após postar vídeo dançando no TikTok e condenou empresa a indenizar trabalhadora por danos morais. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Família e Sucessões

Flávio Tartuce discute como a regulamentação da IA no Brasil avança com diálogo entre o PL 2.338/23 e a reforma do CC, destacando responsabilidade civil e a centralidade da pessoa humana. ()



Rangel Advocacia Rangel Advocacia

Migalhas Notariais e Registrais

Na coluna de hoje, Sérgio Jacomino debate como mudanças no georreferenciamento revelam avanço da lógica algorítmica no registro de imóveis e colocam em xeque a qualificação e a fé pública. ()

UMA Migalhas

Entre dados e relatos, Thayná J. F. Yaredy revela como a violência política de gênero silencia mulheres e ameaça a democracia. ()

Esquinas do Direito Municipal

Fábio Costelha e Antonio Yuri Fraga Sias tratam da implementação prática do Tema 1.234 do STF no cumprimento de decisões judiciais que determinam o fornecimento de medicamentos. ()

Ordem na Banca



Ráo & Lago Advogados Ráo & Lago Advogados

Lara Selem analisa como o "efeito palco" distorce contratações na advocacia e propõe critérios objetivos para definir o modelo de vínculo, avaliar competências e preservar cultura, margem e governança nas sociedades de advogados. ()

Meio de campo

Rodrigo Monteiro de Castro apresenta a nova pesquisa do IBESAF, que trata do mapa da SAF entre os times que disputam as séries A1 e A2 do campeonato paulista. ()

Migalhas Crocantes

No episódio de hoje, Sílvia Piva analisa como a IA generativa pode influenciar a leitura de normas e decisões e alerta para o risco de o recorrente parecer legítimo, reforçando a responsabilidade na interpretação do Direito. ()

Migalhas de peso

- "Eleições de 2026 e o combate à desinformação: Um imperativo de Estado Democrático de Direito", por Vicente Martins Prata Braga (ANAPE). ()



Ratc & Gueogjian Advogados Ratc & Gueogjian Advogados

- "Quando o apoio não protege", por Felipe Carneiro Ribeiro de Assis (PK Advogados). ()

- "Porque a 'lei dos influenciadores' é um nome impreciso", por Stanley Martins Frasão (Homero Costa Advogados). ()

- "SecexConsenso no setor de telecomunicações: Análise qualitativa dos casos (2022-2025)", por Maria Augusta Viegas e Amanda Athayde (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "Os riscos psicossociais e as alterações promovidas na Norma Regulamentadora 01 do Ministério do Trabalho e Emprego", por Roberta Ribeiro e Julia Souza (Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados). ()

- "O que Grey's Anatomy nos ensina sobre os serviços hospitalares? - Parte 1: Os serviços extra médicos", por Lyana Oliveira Breda (LE MOS Advocacia Para Negócios). ()

- "STJ e o pedido de falência pela Fazenda após execução fiscal frustrada", por Gabriel Gomes Santos, Giovana Sousa Ferreira, Gustavo Borges de Melo e Menndel Assunção Oliver Macedo (Menn-del & Melo Advocacia). ()

- "Taxa de conveniência sob a ótica do CDC", por Amanda Batista Fernandes Segala (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()



Rayes & Fagundes Advogados Associados Rayes & Fagundes Advogados Associados

- "Entre o risco e a liquidez: A reconfiguração econômica do processo judicial", por José Augusto Ramalho Abe (Atho Capital). ()

- "Prazos próprios e sanção objetiva: O regime da declaração de capitais no exterior", por Manuella Valente Rodrigues de Souza e Gerson Stocco de Siqueira (Gaia Silva Gaede Advogados). ()

- "Antes da autonomia desportiva a força da coisa julgada. STF já definiu quem é o campeão brasileiro de 1987", por Mauricio de Figueiredo Corrêa da Veiga (Corrêa da Veiga Advogados). ()

- "10x sem juros pode sair mais caro: Até onde vai a legalidade?", por Bruno Medeiros Durão (Durão & Almeida, Pontes Advogados Associados). ()

- "Monografias - As instituições", por Pedro Marcos Nunes Barbosa e Daniel Capecchi Nunes (Denis Borges Barbosa Advogados). ()

- "O direito do militar do estado da Paraíba ao descongelamento do adicional de inatividade", por Ricardo Fernandes e Ana Paula Gouveia Leite Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Saúde mental no trabalho e a nova NR-1", por Ana Claudia Martins Pantaleão (Silva Matos Alves Ros). ()



Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados

- "Para além da insolvência. O papel estratégico da **propriedade intelectual** no soerguimento da empresa em crise", por Marília Oliveira Chaves Garcia e Cybelle Guedes Campos (Moraes Jr. Advogados). ()

- "A paridade contributiva nos fundos de pensão e o TCU: Segurança jurídica e equilíbrio atuarial", por Giussepp Mendes (Pinheiro& Mendes Advogados). ()

- "Risco não se presume: A auditoria processual como resposta estratégica ao contencioso de massa", por Anibal Pereira da Silva Junior (Parada Advogados). ()

- "A conciliação no processo do trabalho como instrumento de gestão", por Márcio Neves (Andrade Maia Advogados). ()

- "Saúde e o fim da jornada 6x1", por Ana Paula Oriola de Raeffray (Raeffray Brugioni Sociedade

de Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas



Reis & Alberge Advogados Reis & Alberge Advogados

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

IBDEPS - Instituto Brasileiro de Direito Econômico e Políticas Sociais

O IBDEPS é uma associação sem fins lucrativos voltada ao desenvolvimento nacional sustentável e à justiça social. Sua missão é gerar e difundir conhecimento especializado por meio de debates, publicações, produções audiovisuais e programas de educação e formação, reunindo especialistas de diferentes setores. A atuação abrange tanto temas clássicos do Direito e da Economia quanto questões contemporâneas e transversais. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Indústria química

Mattos Filho assessorou a CBL na venda de 33,33% da CBL Refinaria S.A. a Altmin Refine Minas Private Limited, grupo indiano líder em materiais para baterias, em operação avaliada em US\$ 40 milhões. ()

Energia limpa



Reis Advogados Reis Advogados

Machado Meyer Advogados atuou como assessor jurídico brasileiro de bancos credores no maior refinanciamento corporativo para projetos de energia limpa já registrado na América Latina, totalizando aproximadamente US\$ 3 bilhões. ()

Baú migalheiro

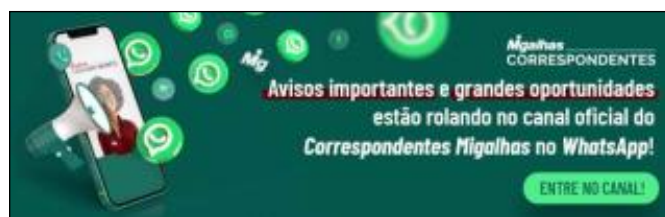
Há 46 anos, em 25 de fevereiro de 1980, o governo do Suriname foi derrubado por um golpe militar liderado pelo sargento Dési Bouterse. A ação, conduzida por um grupo de militares descontentes, depôs o primeiro-ministro Henck Arron e encerrou o breve período democrático iniciado após a independência do país, em 1975. O episódio ficou conhecido como o "Golpe dos Sargentos" e levou à instalação de um regime militar. Dési Bouterse tornou-se a figura central do novo governo, exercendo forte influência política por décadas. (Compartilhe)

Sorteio

Que tal participar do sorteio da obra "Manual Aplicado de Direito Agrário e do Agronegócio" (Amanuense, 340p.), escrita por Paulo Doron Rehder de Araujo (SABZ Advogados), Luciano de Souza Godoy e Paulo Tobias Ribeiro Urtado (LUC Advogados)? A publicação percorre os fundamentos clássicos do Direito Agrário até o ambiente ampliado do agronegócio contemporâneo. ()

Novidades

Amanhã, às 19h, em SP, Fábio Tofic Simantob, de Tofic Advogados, lança a obra "Corrupção - A fronteira entre o saber e o não saber na estrutura da empresa". O livro define parâmetros para a responsabilização penal de empresas, destacando até que ponto sócios e funcionários podem ser considerados dolosamente responsáveis por atos de corrupção. () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados preparou o e-book "Gestão de Riscos Contratuais - O que deve ser analisado antes da assinatura". ()



Correspondentes Migalhas

Migalhíssimas

Hoje, o professor da UFRJ, João Marcelo de Lima Assafim (De Lima Assafim e Advogados Associados), ministrará a aula magna "Os 30 anos da Lei de **Propriedade Industrial** no Brasil", que marca o início das atividades acadêmicas do ano letivo para alunos, pesquisadores e profissionais vinculados ao Programa de Pós-Graduação do **INPI**. () Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em LGPD", com o tema "Governança de Dados: Do Projeto à Gestão de Maturidade". Hoje, às 12h, pelo canal do YouTube mentoria-oab/rj. () Amanhã, às 16h, Rolim Goulart Cardoso Advogados realiza o webinar "Reforma Tributária e os Principais Pontos da LC 227/2026", com foco nas inovações trazidas pela legislação e nos seus reflexos para o ambiente de negócios. Manuela Mattos e Leonardo Varella Giannetti conduzirão a análise do tema, com debates de Alessandro Cardoso e Luciana Goulart. () Amanhã, às 17h30, Rita Cortez, de AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB, participa da solenidade de posse dos novos dirigentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª região. O evento será na sede do TRT-1, no RJ. Laís de Figueirêdo Lopes, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participa da live "O controle pelos Tribunais de Contas sobre o Terceiro Setor". O encontro, que acontece amanhã, às 19h, propõe uma análise técnica sobre os mecanismos de fiscalização, responsabilização e sanções aplicáveis às OSCs, OSs e demais entidades do setor, com foco nos limites, desafios e impactos do controle externo na atuação das organizações do Terceiro Setor. () Stella Marys Della Flora, do Gabinete de Perícias Gomide, participa do evento "Responsabilidade Concorrente na Execução de Obras - Delimitações Técnicas Aplicadas a um Caso Judicial", que acontece amanhã, a partir das 19h. () Ariane Guimarães, de Mattos Filho, participa do "Webinário: O futuro do Judiciário com a Inteligência Artificial", promovido pela Associação Brasileira de Ad-

vocacia Tributária - ABAT, dia 27/2, das 16h30 às 18h. () No dia 5/3, às 11h, Trench Rossi Watanabe promove o webinar "NR-1: Sua empresa já está preparada?", com a participação de Leticia Ribeiro, Clarissa Lehmen, Priscila Kirchhoff e Julia Pereira. () Neste episódio do podcast "Daniel On Air", Fábio Leme, de DANIEL, analisa os setores mais afetados nas disputas por trade dress. O episódio completo já está disponível no canal da banca no Youtube. () Em matéria do Valor Econômico, Ricardo Vivacqua (Vivacqua Advogados) fala dos pontos do marco regulatório do setor elétrico que necessitam de regulamentação pelo ministério de Minas e Energia e pela Aneel ao longo de 2026. ()

Digital Law Academy promoveu, ontem, em São Paulo, o "Encontro Técnico Estratégico - Extração de Dados e Validade Jurídica da Prova Digital", reunindo delegados, peritos, advogados e especialistas em cibersegurança, em evento fechado, destinado a convidados.

Webinar

Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT promove, em 27/2, o webinar "Formação de Precedentes e Inteligência Artificial no Poder Judiciário". Participe! ()

Contratações públicas

FGV Direito Rio oferece curso presencial de educação continuada sobre controle das contratações públicas, com início em 12/6. Inscrições abertas. ()



ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

Cartão vermelho

OAB/ES e a Federação de Futebol do Estado uniram forças em uma campanha educativa e de conscientização sobre a violência contra a mulher, que será realizada durante todos os jogos do Capi-xabão 2026. ()

Parceria

OAB/RJ retomou parceria com o Sesc, garantindo a advogados e dependentes acesso a serviços de cultura, saúde, esporte, lazer e educação. ()

Competição preparatória

Estudantes de Direito vão se reunir em São Paulo, de 27/2 a 1º/3, para participar do "CAM-CCBC Pre-Moot", competição preparatória para o Vis Moot, considerada a maior e mais tradicional disputa acadêmica de arbitragem comercial internacional do mundo. ()

Fomentadores



Abrafesc - Associação Brasileira de Factoring, Securitização e Empresas Simples de Crédito Abrafesc - Associação Brasileira de Factoring, Securitização e Empresas Simples de Crédito

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MG/Perdizes

MG/Santa Efigênia de Minas

PA/Piçarra

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .



Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP
Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Not Wanting to Be Traded 'Like Cattle' for Peace"

The Washington Post - EUA

"Trump speech previews midterm message"

Le Monde - França

"Ukraine : Zelensky fragilisé mais toujours légitime"



ACT Promoção da Saúde ACT Promoção da Saúde

Corriere della Sera - Itália

"Via la divisa a quell'agente"

Clarín - Argentina

"Una jugada del Gobierno dejó al PJ afuera de la conducción del Senado"

El País - Espanha

"La jueza pide investigar a Mazón por su 'grosera negligencia'"

Público - Portugal

"Bruxelas acelera envio de drones e munições para a Ucrânia"

Die Welt - Alemanha

"Ungarn blockiert EU-Milliarden für die Ukraine"

The Guardian - Inglaterra

"Mandelson hits out at police for arrest over claims of flight risk"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Após novo veto a penduricalhos, STF e Congresso vão criar regra"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Chuvas em MG deixam 30 mortos, 39 desaparecidos e devastação"

O Globo - Rio de Janeiro

"STF e Congresso vão criar regra de transição para 'penduricalhos'"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Calamidade e luto em Minas"

Correio Braziliense - Brasília

"Chuva causa sofrimento e mortes em MG"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Projeto do ITBI pode impactar custo de imóveis
no Recife"

Registro de marca serve para o negócio ou só à empresa que registrou?



Muitos empresários comemoram o recebimento de um certificado de registro de marca como se tivessem alcançado o ápice da proteção jurídica. No entanto, no mercado globalizado e altamente competitivo, a mera "registrabilidade" é um patamar baixo. Recente contribuição do artigo "Beyond Registrability" (Flavio Dervishaj) joga luz sobre uma realidade dura: muitas marcas são registradas, mas poucas são verdadeiramente protegidas.

No Brasil e no mundo, observamos o fenômeno das "telemarcas" - empresas de registro em massa que muitas vezes podem focar na quantidade e não na qualidade. Característica comum a essas empresas é exibir índices de aprovação nas redes sociais. Para o empreendedor, o resultado pode ser um registro "oco", incapaz de impedir a concorrência.

Registrabilidade vs. função diferenciadora

Segundo os ensinamentos da WIPO (OMPI - Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**) e da INTA - International Trademark Association - a função primordial de uma marca é a indicação de procedência e a diferenciação de produtos e serviços. Quando uma empresa registradora empurra um cliente para um nome genérico, descritivo ou meramente evocativo (as chamadas "marcas fracas"), ela está facilitando o trabalho dela, não o seu.

Marcas descritivas são mais fáceis de registrar porque não sofrem oposições complexas de marcas famosas, mas elas falham na sua missão comercial.

O valor real da marca não está no papel timbrado pelo órgão oficial, mas na sua capacidade de excluir terceiros.

A USCA - Visão das Cortes Americanas e o espectro de distintividade

A jurisprudência majoritária das USCA - United States Courts of Appeals - consolidada pelo famoso teste de Abercrombie & Fitch, classifica as marcas em um espectro: Genéricas, descritivas, sugestivas, arbitrárias e fantasiosas.

As "telemarcas" podem registrar marcas sugestivas ou descritivas com elementos figurativos mínimos. Por quê? Porque o índice de aprovação é alto. Contudo, perante a justiça, essas marcas possuem um "escopo de proteção" extremamente limitado. Entender o valor real da marca significa compreender que, se sua marca é fraca, você terá que conviver com dezenas de concorrentes usando termos similares.

O STJ e a "teoria da distância" em marcas fracas

No Brasil, o STJ possui jurisprudência consolidada no sentido de que marcas compostas por elementos comuns, descritivos ou de uso necessário devem suportar a coexistência com outras marcas semelhantes. É a chamada "teoria da distância".

Se a empresa que registrou sua marca não lhe avisou que aquele nome é comum no segmento, ela agiu como uma despachante, não como uma consultora estratégica. Ela obteve o registro para postar um "card" de vitória no Instagram, mas deixou você com um ativo que não permite o uso exclusivo. Para o empresário que busca longevidade, o valor real da marca é medido pela sua força em uma eventual ação de infração.

EUIPO e a realidade do business em dados

Dados extraídos da plataforma Darts-IP mostram que uma parcela significativa de litígios de PI é perdida por detentores de marcas que, embora re-

gistradas, são consideradas desprovidas de caráter distintivo adquirido ou inerente. A jurisprudência majoritária do EUIPO - Escritório de **Propriedade Intelectual** da União Europeia é rigorosa: a marca deve ser capaz de identificar o produto como originário de uma empresa específica, distinguindo-o de outras.

Se a sua marca precisa de um desenho muito específico para ser aceita, você não registrou um nome; você registrou um logotipo. Se o concorrente usar o mesmo nome com outra fonte, você poderá estar desprotegido. É aqui que o valor real da marca se dissolve na ineficiência jurídica.

A análise da AIPPI: Harmonização e diluição

A AIPPI - Associação Internacional para a Proteção da **Propriedade Intelectual** discute exaustivamente a questão da diluição marcária. Marcas registradas por "telemarcas" podem ser marcas que nascem diluídas. Elas não possuem o que os especialistas chamam de enforceability (executividade).

Ao seguir o conselho de "VENDEDORES-ATENDENTES DE TELEMARKETING" que visam apenas o índice de aprovação do pedido, o titular poderá abrir mão da construção de uma marca arbitrária ou fantasiosa - aquelas que, embora mais difíceis de registrar inicialmente devido ao esforço de marketing necessário, oferecem uma muralha jurídica intransponível.

Consultoria estratégica vs. "telemarcas"

Característica

Consultoria de **Propriedade Intelectual**

Empresas "Telemarcas" Volume)

Foco

Proteção do negócio e exclusividade

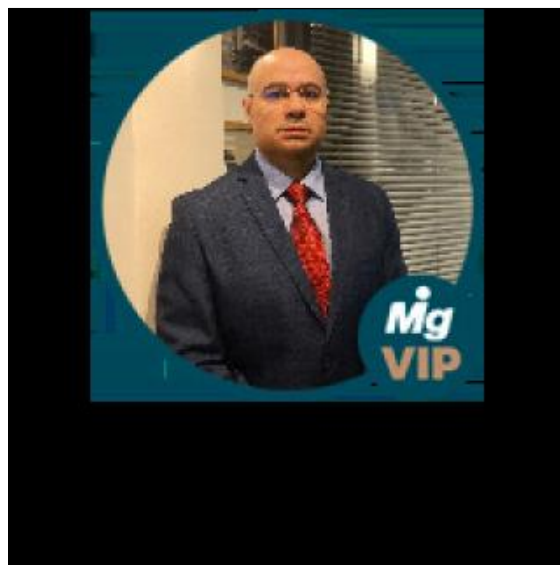
Índice de aprovação de pedidos

Análise de Viabilidade

Crítica e focada em riscos futuros

Superficial e focada em registro fácil

Estratégia



Marcello Ávila do Nascimento Souza Marcello Ávila do Nascimento Souza

Sugere nomes arbitrários/fortes

Aceita qualquer nome descritivo

Resultado para o Cliente

Ativo jurídico de alta defesa

Certificado de registro "fraco"

Uso em Redes Sociais

Foca no sucesso do negócio do cliente

Foca no próprio índice de aprovação

O perigo de ser "apenas mais um" no mercado

O registro deve servir à realidade do negócio. Se o seu marketing gasta milhões para construir uma marca que legalmente pertence a "todos" (por ser um termo comum), você está trabalhando para o mercado, não para si.

As empresas registradoras que focam apenas em "vender registros" criam uma falsa sensação de segurança. Elas ignoram as lições da INTA sobre o branding jurídico, onde a escolha do signo é o primeiro passo da estratégia de defesa. Um registro obtido apenas para inflar métricas de uma agência de registro é um custo, não um investimento.

Como retomar o controle do seu ativo de PI?

Para garantir que o seu registro não seja apenas uma ferramenta de marketing para terceiros, considere os seguintes pontos:

Auditoria de portfólio: Utilize ferramentas para ver como marcas similares à sua se comportam em litígios.

Busca de distintividade: Se sua marca atual é fraca, planeje um rebranding focado em termos arbitrários, seguindo a lógica do EUIPO e das USCA.

Fuja do "garantimos o registro": Na PI, quem garante registro geralmente está registrando algo tão irrelevante que ninguém se daria ao trabalho de contestar.

Conclusão

O registro de marca deve ser um escudo, não um troféu de papel. Quando priorizamos o índice de aprovação da empresa registradora em detrimento da força distintiva, estamos sacrificando o futuro da empresa.

O ensinamento que fica harmonizado pelas maiores instituições de PI do mundo, é claro: a registrabilidade é o começo, mas a força jurídica e a capacidade de exclusão são o que definem o sucesso. Não permita que o seu patrimônio intangível seja usado como estatística de sucesso para quem não entende do seu negócio.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Pesquisa Pronta: Marcas de alto renome e marcas fracas ou sugestivas. Brasília: STJ, 2025. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisa_pronta/. Acesso em: 5 fev. 2026.

EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE (EUIPO). Guidelines for Examination of European Union Trade Marks. Alicante: EUIPO, 2025. Disponível em: <https://euipo.europa.eu/ohimportal/en/trade-mark-guidelines>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MCCARTHY, J. Thomas. McCarthy on Trademarks and Unfair Competition. 5. ed. St. Paul: Clarivate/Thomson Reuters, 2024. (Publicado originalmente em Nova York).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA **PROPRIEDADE INTELECTUAL** (WIPO). WIPO Intellectual Property Handbook. Genebra: WIPO, 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4571>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SCHMIDT, Lélío Denicoli. A Distintividade das Marcas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

Site oficial do escritório Ávila Nascimento Advocacia. Disponível em: <https://avilnascimento.adv.br/#informativos>. Acesso em 2025.

TINOCO SOARES, José Carlos. Tratado da **Propriedade Industrial**: Marcas e nomes comerciais. 1. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2021.

UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO). Trademark Manual of Examining Procedure (TMEP). Washington, DC: USPTO, 2025. Disponível em: <https://tmept.uspto.gov/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

Marcello Ávila do Nascimento Souza +28 anos **INPI** | + 20 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia. Pós **Propriedade Industrial**-UERJ. Mestrado **Propriedade Intelectual-INPI**. Pós Processo Civil-PUC. Direito da Saúde Suplementar - VERBO.

Texto de aliança entre blocos econômicos europeu e sul-americano segue para análise no Senado



O texto que estabelece diretrizes para uma possível aliança comercial entre os blocos econômicos europeu e sul-americano, cujas negociações tiveram início em 1999, foi oficialmente remetido ao Senado para avaliação dos senadores. Essa proposta de parceria busca aprofundar a cooperação em áreas como comércio de bens e serviços, investimentos e harmonização de normas, e agora aguarda parecer das comissões competentes da Casa. O encaminhamento ao Senado marca uma etapa fundamental no processo legislativo, abrindo espaço para debates e eventuais emendas ao texto original.

++ Sistema de IA revela como gente comum está criando renda passiva no automático

Desde que as conversas começaram, há mais de duas décadas, representantes dos países envolvidos têm discutido pontos-chave como redução de tarifas, simplificação de obstáculos burocráticos e regras para **propriedade intelectual**. No período inicial, em 1999, o foco recaiu sobre a definição de objetivos comuns e o levantamento de impactos econômicos para ambos os lados. Ao longo dos anos, foram realizadas diversas rodadas de negocia-

ções que incluíram órgãos governamentais, empresas e especialistas em comércio internacional, sempre buscando equilibrar interesses e mitigar riscos.

++ Homem viveu mais de 40 anos isolado na selva sem saber da existência das mulheres

Agora, no Senado, o texto seguirá para análise em comissão mista, que deverá examinar cada artigo, sugerir alterações e emitir um parecer antes de levá-lo ao plenário. A tramitação inclui etapas de audiências públicas e debates com especialistas, a fim de assegurar transparência e participação de diversos setores da sociedade. Após a aprovação pelos senadores, o acordo poderá retornar à Câmara dos Deputados ou ser promulgado, dependendo do rito definido pelos parlamentares.

O escopo dessa aliança tende a abranger temas além de tarifas, como regulamentações sanitárias, sustentabilidade e facilitação de investimentos. A expectativa é que a parceria fortaleça cadeias produtivas, estimule o fluxo de capitais e promova maior integração entre empresas europeias e sul-americanas. Ainda que o texto enviado ao Senado contenha cláusulas de adaptação gradativa das normas, seu impacto final dependerá das condições previstas para salvaguardas em caso de desequilíbrio econômico.

Com a remessa oficial ao Senado, as atenções agora se voltam para o calendário legislativo. A partir da abertura dos trabalhos, os senadores deverão estabelecer prazos para a apresentação de emendas e para a realização das sessões de discussão. Em paralelo, autoridades e entidades representativas de diversos setores deverão acompanhar de perto a tramitação, de modo a contribuir com dados técnicos e sugestões que aperfeiçoem o entendimento e a aplicabilidade do futuro acordo.

A (i)legalidade da quebra de patente das canetas emagrecedoras



Com eventual quebra de patente, poder-se-ia fabricar canetas emagrecedoras genéricas, ampliando o tratamento eficaz da obesidade no Brasil

Opinião A (i)legalidade da quebra de patente das canetas emagrecedoras

No último dia 9 de fevereiro, a Câmara dos deputados aprovou o regime de urgência para análise e votação pelo plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) nº 68/2026, de autoria dos deputados federais Antonio Brito (PSD-BA) e Mário Heringer (PDT-MG), o qual declara as canetas emagrecedoras Mounjaro (tirzepatida) e Zepbound como de interesse público e, assim, solicita a quebra de patente destes medicamentos. A votação foi expressiva: ao todo, obteve-se 337 votos a favor e apenas 19 contrários à tramitação com urgência, que exclui a apreciação por parte de comissões da casa.

Freepik

O fundamento deste PL (assim como do PL nº 160/2026 que tramita no Senado, de autoria da senadora dra. Eudócia, (PL-AL) está no fato destes medicamentos serem indicados para o controle do diabetes, mas também - e especialmente - para o tratamento da obesidade, que é considerado um problema de saúde pública no país, pois afeta mais de 30% da população e é fator de risco para outras doenças crônicas, como o desenvolvimento do próprio diabetes.

Assim, com eventual quebra de patente, poder-se-ia fabricar domesticamente canetas emagrecedoras genéricas, ampliando o tratamento eficaz da obesidade no Brasil por meio da queda de preço do medicamento e da própria possibilidade da sua disponibilização pelo SUS. Afinal, hoje, pacientes que sofrem de sobrepeso e obesidade podem apenas conseguir as canetas emagrecedoras via SUS por meio de ação judicial, com apresentação de laudo médico comprovando a necessidade do seu uso e a ineficácia de alternativas disponíveis no SUS. O mesmo vale para planos de saúde, sobretudo, pelo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ser considerado exemplificativo (e não taxativo) desde a aprovação da Lei 14.454/2022.

Vale dizer, a quebra de patentes está prevista na Lei Federal 9.279/96 (Lei de **Propriedade Intelectual**) que prevê, em seu artigo 71, que em casos de interesse público, o licenciamento compulsório de medicamentos seria permitido. A grande questão é se este caso seria efetivamente de real interesse público, como o PL apresenta.

O Brasil, por exemplo, já quebrou patentes de medicamentos em outras duas ocasiões: em 1997, para medicamentos que combatem o HIV (como o Efavirenz/Stocrin) e, mais recentemente, em 2021, para vacinas, medicamentos e insumos contra a Covid-19.

Quebra de patentes no caso do HIV

No primeiro caso, ainda em 1996 o Brasil tornou compulsória a distribuição de antirretrovirais no SUS, de modo que a compra do medicamento se tornava excessivamente onerosa ao país pelo valor pago. Assim, quebrar a patente poderia significar a redução dos gastos públicos. Foi o que ocorreu: em 1997, quebrou-se a patente registrada no país pelo laboratório Merck Sharp&Dohme. Entretanto, segundo Moreira, "só depois os técnicos descobriram que o registro da patente no país não tinha os detalhes da fabricação do produto, como é exigido. Em vez de tentar fabricar o produto, o governo teve que importar genéricos da Índia, em todo caso bara-

teando o tratamento".

Spacca

Mais tarde, em 2001, o Brasil tornou a ventilar a possibilidade de quebra de patente dos medicamentos antirretrovirais, incluindo agora o Nelfinavir

(fabricado pela Roche), gerando um imbróglio na Organização Mundial do Comércio (OMC) em face dos Estados Unidos, que se opunham ao licenciamento compulsório destes medicamentos, alegando violação do Acordo de **Propriedade Intelectual** (Trips) pelo Brasil. Outrossim, o caso nesse órgão foi removido após os EUA igualmente terem de quebrar patentes do antibiótico Cipro (fabricado pela Bayer), que combate o Antraz, em razão de atos bioterroristas que ocorriam no país (Squeff & Okuziro, 2022).

Vale dizer, contudo, que a quebra efetiva da patente dos fármacos contra o HIV no Brasil apenas ocorreu em 2007, "que teve como resultado a ampliação do acesso a medicamentos, além das negociações com as diferentes empresas fornecedoras para redução de preços", segundo Varella (2023).

Quebra de patentes no caso da Covid-19

No segundo caso, o Brasil aprovou o PL nº 12/2021 de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), promulgando-se a Lei Federal 14.200/21, que modificou o parágrafo único do artigo 71 da Lei de **Propriedade Intelectual** pátria, autorizando o licenciamento compulsório de medicamentos, vacinas e outros insumos em casos de emergência nacional ou internacional, ou mesmo estado de calamidade pública nacional, como era o caso da Covid-19. Assim, permitia-se a produção ou mesmo a importação de versões genéricas de produtos contra a Covid-19 que estavam protegidos por patentes.

O mais importante neste caso foi que não houve um questionamento judicial no âmbito da OMC sobre o licenciamento compulsório, pois, em junho de 2022, flexibilizou-se no âmbito da Organização, de maneira temporária, as regras de **propriedade intelectual** para vacinas que combatessem a Covid-19, haja vista a alarmante situação que alguns países ainda se encontravam em termos de recebimento de vacinas, sobretudo, aqueles situados no Sul Global (Squeff & Okuziro, 2023).

Os limites do licenciamento compulsório no caso das canetas emagrecedoras

Assim sendo, tem-se que o licenciamento compulsório, apesar de ser um mecanismo previsto em lei, o qual permite ao governo autorizar a produção de medicamentos genéricos sem a permissão do detentor da patente, possui limites. No âmbito interno, atualmente, ele fundamenta-se em casos de emergência sanitária nacional ou internacional, ou ainda em interesse público. Mas ainda existe o crivo do sistema jurídico internacional.

Neste, para a OMC, em que pese caiba aos países determinar o que seria de interesse nacional para fins de quebra de patente, segundo o artigo 31 do Trips, o licenciamento compulsório apresenta certos parâmetros. Primeiro, ele é temporalmente limitado. Ainda, ele não poderia ser usado para fins de exportação posterior do produto genérico fabricado, mas tão somente para suprir o mercado interno. Ademais, a eventual quebra da patente não significa o fim do repasse de royalties ao detentor da mesma.

Diante disso, pergunta-se se a quebra de patente das canetas emagrecedoras se assemelha aos casos anteriores ou se não seria essa uma conduta que poderia ensejar não só um "precedente perigoso", como anunciou Geraldo Alckmin, vice-presidente da República, mas também uma queixa contra o Brasil na OMC, mesmo que essa organização esteja virtualmente paralisada desde 2019.

Realmente cabe aos Estados determinar o que é de interesse nacional, mas se nem internamente a disponibilização das canetas emagrecedoras ocorre no SUS - o que daria um amparo próximo àquela questão debatida em relação aos antirretrovirais, qual seja, o alto gasto público pela compulsoriedade da distribuição do fármaco no país - como o Brasil eventualmente justificaria essa conduta perante aos seus pares no âmbito da OMC? Eis o questionamento que permanece.

Afinal, vale lembrar que naquela oportunidade, o Brasil ainda amparava-se em decisões de outros organismos internacionais, particularmente, da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a quebra da patente. Mesma foi a situação da quebra de patente para vacinas no caso da Covid-19. No caso da obesidade, existe "apenas" uma diretriz desta organização para incluir esse tratamento, desde que associadas a uma dieta saudável e à prática de exercício físico.

Tatiana Cardoso SqueffÉ Professora De Direito In-
ternacional Da Ufrgs

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	4
Inovação	3
Marco regulatório INPI	3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17
Patentes	1,2,3
Propriedade Industrial	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17
Propriedade Intelectual	1,2,3,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21